

DO HIBRIDISMO À MISTIÇAGEM CULTURAL EM PETER BURKE E LUIZ BELTRÃO: TENSÕES E SINCRETISMOS DIALÓGICOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO COM PARADIGMAS INTERDISCIPLINARES

Sérgio Luiz Gadini¹

“Sob a pressão da vida social, o povo atualiza, reinterpreta e readapta constantemente os seus modos de sentir, pensar e agir em relação aos fatos da sociedade e aos dados culturais do tempo” (Edson Carneiro)

Resumo

O texto busca apresentar um diálogo entre abordagens que discutem manifestações e aspectos das culturas populares e os estudos da Folkcomunicação, impulsionados por Luiz Beltrão, a partir de aproximações das expressões folclóricas e práticas comunicacionais, registradas basicamente no período que vai de meados de década de 1950 aos anos 1970. O presente 'diálogo conceitual' envolve Peter Burke e Luiz Beltrão. A referência é a perspectiva de uma leitura dos hibridismos culturais e as reflexões sobre práticas culturais que, em seus diferentes formatos, passaram a operar como ações comunicacionais, na maioria das vezes por grupos sociais marginalizados.

Palavras-chave

Manifestações da cultura popular; Folkcomunicação; Hibridismos culturais.

Abstract

This paper aims to present a dialogue between approaches that discuss manifestations and aspects of popular culture and the study of Folkcomunicação (folk communication), driven by Luiz Beltrão from approximations of folkloric expressions and communicative practices, largely recorded in the period from mid-decade from 1950 to the 1970s. This 'conceptual dialogue' involving Peter Burke and Luiz Beltrão. The reference is the prospect of a reading of cultural hybridism and reflections on cultural practices that, in their different formats, began operating as communication actions, mostly by marginalized social groups.

Keywords

Manifestations of popular culture, Folkcomunicação, cultural hybridism.

“...Cada cultura é única em certos aspectos e, por isso, tem algo de valor a oferecer ao resto da humanidade, assim como cada língua representa uma visão única do mundo – e, por isso, é uma perda para a humanidade em geral cada vez que uma língua se torna extinta...” (Burke, 2007b)

Como relacionar abordagens conceituais de Peter Burke quanto ao hibridismo cultural com os recentes estudos da Folkcomunicação, impulsionados por Luiz Beltrão, a partir de aproximações das expressões folclóricas e práticas comunicacionais, entre os anos 1950 e 1970? Seria possível relacionar, conceitual e metodologicamente, as abordagens de Peter Burke e Luiz Beltrão? Em que aspectos, perspectivas e/ou dimensões tal diálogo pode ser apresentado?

A proposta do presente texto é realizar este debate, tendo por base as discussões de Burke sobre hibridismos culturais e as reflexões (narrativas, estudos de caso ou não) sobre práticas culturais que, em seus diferentes formatos, passaram a operar como ações comunicacionais, na maioria das vezes por grupos sociais marginalizados.

Folkcomunicação, mestiçagem e pluralismos culturais

Para entender a perspectiva conceitual do pernambucano Luiz Beltrão (1918-1986), particularmente no que diz respeito aos diálogos culturais, é preciso situar o surgimento da Folkcomunicação, como abordagem (inter)disciplinar articulada entre as manifestações folclóricas que se apresentam como estratégias comunicacionais. Considerado um dos expoentes do ensino de Jornalismo no Brasil (e criador do Curso da Universidade Católica de Pernambuco, em 1961), Beltrão “analisava a comunicação popular como manifestação própria dentro de um determinado grupo social” (Gobbi, 2007, p. 16).

Para o autor, a Folkcomunicação compreende um “conjunto de procedimentos de intercâmbio de informações, idéias, opiniões e atitudes dos públicos marginalizados urbanos e rurais, através de agentes e meios direta ou indiretamente ligados ao folclore” (Beltrão, 1980, 24). Nas palavras de Edson Carneiro (apud Beltrão, 1980, p.24), “sob a pressão da vida social, o povo atualiza, reinterpreta e readapta constantemente os seus modos de sentir, pensar e agir em relação aos fatos da sociedade e aos dados culturais do tempo”.

na mesma lógica analítica, continua Beltrão (1980, 26), a Folkcomunicação

“preenche o hiato, quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções da comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório”.

Mello (2007, 48) explica que se o folclore “compreende formas interpessoais ou grupais de manifestação cultural protagonizadas pelas classes subalternas, a Folkcomunicação caracteriza-se pela utilização de mecanismos capazes de difusão simbólica de expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural”. Na leitura de Mello (2007, 48), esta era a compreensão original de Luiz Beltrão, que a entendia como “processo de intermediação entre a cultura das elites (erudita ou massiva) e a cultura das classes trabalhadoras (rurais ou urbanas)”.

Outra relação possível entre a perspectiva de Beltrão e Burke diz respeito ao cotidiano e às narrativas da história oral, onde as fontes tradicionalmente oficiais não são apresentadas como eixo da abordagem. A folkcomunicação, diz Beltrão (1980, 28), por natureza, é “um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa”.

Para entender Peter Burke

Peter Burke (1937) é professor de História da Cultura da Universidade de Cambridge (Inglaterra). Foi professor visitante da Universidade de São Paulo (USP), entre setembro de 1994 e setembro de 95. Autor de mais de 30 livros, entre os quais pode-se destacar alguns traduzidos no Brasil, como *Variiedades de História Cultural* (Civilização Brasileira), *O que é História Cultural?* (Jorge Zahar Editor) e *Hibridismo Cultural* (Editora Unisinos, 2003), *Uma história social da mídia* (Jorge Zahar Editor, 2004). O autor é apresentado, entre leitores de variados países, como um dos defensores, e praticantes, da 'nova história', abordagem histórica voltada ao cotidiano e às ações culturais dos grupos sociais.

A sensibilidade dos emergentes olhares e problemas cotidianos passa, assim, por esta perspectiva da história, a não mais a prevalência dos mega-relatos, em torno dos grandes feitos, heróis, datas e ações (geralmente) pró-governistas, de plantão ou na suposta oposição. Pela lógica da 'nova história' (decorrente da Escola dos Annales ou,

mais tarde, do que foi apresentado como *Histoire de las Mentalités*), com a qual Burke passa a trabalhar – junto ou paralelamente a inúmeros outros pesquisadores da área – interessam e preocupam mais alguns pequenos gestos, comportamentos e práticas habituais, que tendem a mostrar mais os rumos e tendências da história, do que as grandes narrativas, outrora consideradas mais importantes, fossem os orientadores positivistas, marxistas ou não.

Burke é um historiador (embora não seja 'historicista') e, pois, busca entender referências que tendem a explicar as causas do porque determinado fenômeno se configura de tal modo. Como o faz no livro *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot* (RJ: Jorge Zahar Editor, 2003), onde realiza um elucidativo percurso de como o conhecimento foi sendo 'modernamente' formatado. Semelhante 'passeio' é feito – também pelo autor britânico – no já respeitado livro *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*, publicado em co-autoria com Asa Briggs (RJ: Jorge Zahar Editor, 2004). Assim, pode-se dizer o mesmo de outros inúmeros livros já publicados ou organizados por Burke, que apresentam ao leitor uma visão sempre lógica e histórica dos temas e aspectos abordados.

Ao apresentar o livro *O que é história cultural?*, de Peter Burke (em resenha), Diogo da Silva Roiz (2007) observa que um dos argumentos principais dessa obra de Peter Burke é o de que, nas últimas décadas, os estudos culturais (re)despertaram a atenção de pesquisadores, em vários países, para a Nova História Cultural (NHC).

Como se sabe, a perspectiva da Nova História Cultural (NHC) não se limitou a influenciar estudos no campo da história, mas marcou uma série, com as mais diferentes nuances e variações, de propostas, iniciativas conceituais, procedimentos metodológicos que faziam conexões entre Antropologia, História, Crítica Literária, estudos no emergente campo comunicacional, dentre outras disciplinas que passaram a se fortalecer no período pós-guerra (1945), não apenas em países europeus, mas nos EUA e América Latina (onde o Brasil, pela literatura registrada, passa a figurar alguns anos depois das datas que marcam o surgimento da NHC).

E, afinal, o que se poderia dizer que seria uma “História Cultural?” Pelo texto de Roiz (2007), Burke apresenta – no referido livro - o aparecimento da História Cultural, focando os problemas, relações (inter)disciplinares, principais teóricos, conceitos básicos, procedimentos de pesquisa e, pois, também os desafios e perspectivas futuras.

Algumas outras contribuições do pós-guerra indicam que a Nova História Cultural vai, aos poucos, registrando adesões de diferentes setores do conhecimento em

ciências humanas. Mas, ao que tudo indica, é a década de 1970 que marca um gradual fortalecimento da *Nouvelle Histoire*, forjando diálogos que envolvem historiadores ('acadêmicos' ou de 'província'), antropólogos e, em alguns casos, também de sociólogos ou lingüístas, mas que têm em comum a preocupação com expressões da cultura popular, com ênfase em situações da vida cotidiana. No Brasil, tais perspectivas ganham força e maior visibilidade entre os anos 1980 e a década de 1990. É a emergência, ou redescoberta, da Nova História Cultural.

Nos estudos em comunicação, tais abordagens registram adesão no campo, alguns anos depois. E, pois, contribuições bibliográficas encontram espaço no mercado editorial, a partir do início da próxima década (2000). Muito possivelmente, também associado ao rápido crescimento do campo de estudos na área, que registra uma projeção rápida no número de cursos de graduação (nas diversas habilitações profissionais), bem como em programas de pós-graduação.

Conforme Peter Burke, a partir da década de 1930, ocorre “um deslocamento gradual no uso do termo (nova história) pelos historiadores”. Tal perspectiva passa a considerar, com mais ênfase, aspectos da cultura cotidiana, tais como “os costumes, valores e modos de vida”. E, desta forma, “os historiadores – não todos, obviamente, mas os pensadores que passam a destacar as manifestações cotidianas – passam a 'dialogar' com intelectuais de outros campos de conhecimento, sejam jornalistas, sociólogos, antropólogos, dentre outros setores. E, em certos aspectos, a história, nesta via interdisciplinar, também se abre um pouco mais às contribuições de campos afins, deixando de ser exclusividade da lógica de 'registros' factuais ou de grandes personas das versões hegemônicas.

E é, portanto, aqui que entra uma das importantes contribuições de Burke, que passa a vislumbrar diferentes aspectos, dimensões ou perspectivas da vida social, que também interessam à história e, ao mesmo tempo, detalhes mais próximos das manifestações culturais de variados grupos humanos que passam a ser percebidos como importantes aos processos sociais.

Cotidiano e cultura popular em olhares plurais

Em diversos textos e ensaios, Peter Burke traz ao público diferentes aspectos dos grupos humanos que envolvem manifestações da cultura popular. Esse é o caso da coletânea “Línguas e jargões”, organizada por Burke (1997, em parceria com Roy Porter), que apresenta “contribuições para uma história social da linguagem”, onde os

autores discuten dimensões que historicamente resultam em expressões próprias e particulares de comunicação, identificadas como jargões ou dialetos.

Ao discutir as expressões de fala como mecanismos específicos que os grupos sociais desenvolvem, Luiz Beltrão (1980) destaca o uso da língua pelas variadas apropriações que atores sociais operam na vida cotidiana, instituindo modos peculiares de utilização de códigos que, em geral, seriam os mesmos para os diferentes setores sociais.

“Uma característica importante, relativamente forte na cultura brasileira, é a tolerância da diversidade cultural, que está ligada à hibridização”, observa Burke em entrevista ao diário brasileiro *Zero Hora* (07/04/2007), lembrando que, na Grã-Bretanha, “diferentes crenças (e, no caso do cristianismo, diferentes igrejas) coexistem relativamente em paz, mas as pessoas normalmente escolhem apenas uma (ou nenhuma)”.

O conceito de 'fronteiras' é outra referência que possibilita mediar um diálogo entre a perspectiva de Burke com a folkcomunicação, de Luiz Beltrão. “Fronteiras são difíceis, se não impossíveis de mapear, porém não deixam de ser fatos culturais”, diz Burke (2007a). O próprio autor, entretanto, pondera que seria “melhor ver as fronteiras culturais não como barreiras intransponíveis, mas, antes, como obstáculos que atrasam o progresso de inovações e até mesmo de notícias...”. Um exemplo? Nas palavras de Burke, “as fronteiras religiosas são, frequentemente, locais onde se recusa e resiste conscientemente à inovação”, diz. Mas, “quanto ao nível subjetivo, os antropólogos muitas vezes indicaram a importância de distinguir-se dos outros, como parte da construção de identidades coletivas, demarcando os limites simbólicos de comunidades imaginárias”, explica o autor.

Outra dimensão que envolve o conceito de fronteiras, de acordo com Burke, é a que apresenta “não (ou não apenas) como barreiras, mas, ao contrário, como pontos de encontro ou 'zonas de contato'... É também esclarecedor ver as fronteiras como zonas com sua própria cultura, muitas vezes mais militar e, também, mais arcaica do que a cultura de centros urbanos”, explica Burke em entrevista (2007). Por isso mesmo, conclui Burke (2007, *Revista Cult*), “é praticamente impossível escrever uma história cultural, mesmo no caso de um único país, ou até de uma única região, sem utilizar a noção de 'fronteira”.

Ao participar do Projeto Fronteiras do Pensamento (em Porto Alegre/RS, em 2007), Peter Burke retoma a preocupação com a pluralidade cultural contemporânea,

mesmo diante da suposta hegemonia de ações (neo)globalizantes. “Hoje há muita relação entre o local e o global. Há algumas línguas que de fato foram quase extintas, em função da expansão das línguas que são faladas por muitas pessoas. Mas tem também a interação entre o global e o local. Já tem gente falando em “localização”. As culturas locais podem sobreviver”, afirma.

As dimensões de fronteira, em Luiz Beltrão, contudo, têm um sentido mais sociológico e contextual, na medida em que os 'distanciamentos' são pensados e problematizados mais nas relações rural/urbano (que, Osvaldo Trigueiro denomina de culturas “rurbanas”), e entre grupos marginalizados e setores socialmente dirigentes. E, pois, seria nas tensões e aproximações entre tais pólos que a miscigenação cultural se processa na modernidade urbanizante brasileira.

Cristina Schmidt (2006, 57) também discute a noção de resistência ao “forasteiro”, destacando as manifestações da vivência migrante. “A migração redefine as formas de relações sociais criando redes diferenciadas (locais, nacionais e transnacionais) e alterando os aspectos da cotidianidade”. E, assim, no emergente e outro contexto, “são criadas relações com a comunidade local mas também são articuladas novas formas de contato com a comunidade de origem”, diz Schmidt.

A Folkcomunicação representa, sob esta ótica, um mecanismo instituinte “da cultura dos grupos, em que entram em disputa e interação os elementos que constituem a singularidade das diversas manifestações culturais, produzidas em meio aos deslocamentos territoriais”, diz Woitowicz (2007).

Na mesma perspectiva, ao considerar a importância e atualidade da mídia, Burke também identifica marcas de um hibridismo nas formas de expressão lingüística. “A internet não é o suficiente para unificar o planeta culturalmente, mas sem dúvidas desempenha um papel importante. E aí aparece o inglês, de novo, com várias influências locais, formando línguas híbridas”, diz.

A 'troca' cultural, contudo, nem sempre é uma relação pacífica ou enriquecedora, pois algumas vezes ocorre por confronto, tensão e mesmo por exclusão, na lógica da contrariedade. Nas palavras de Burke (2003, 18), o preço da hibridização “inclui a perda de tradições regionais e de raízes locais”. Manifestações de hibridismos culturais também não se restringem aos contatos humanos, uma vez que habitualmente envolvem diferentes aspectos processuais, como “religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música”, diz Burke (2003, 23). Tais situações podem ser marcadas, portanto, na forma de artefatos,

práticas e misturas de grupos étnicos (povos) que se diferenciam por traços de formação cultural.

No campo religioso é mais usual a referência a cruzamentos, aproximações ou crenças adaptadas que ganham a denominação de 'sincretismos', situações estas marcadas por apropriações de aspectos que seriam mais comuns em determinadas religiões e, frente a convivências e contatos de diferentes grupos, passam a ser pontualmente 'apropriados' por outras manifestações de religiosidade, forjando aberturas ou ampliações de tradições de fé e expressões espirituais. Um modo de dizer que, também em religião, é difícil reivindicar qualquer eventual perspectiva de 'purismo' ou a mesmo a manutenção de hábitos que apenas se reproduzem de modo circular.

Um diálogo possível, nos estudos contemporâneos da pluralidade cultural

Luiz Beltrão², por sua vez, não é historiador! E isso, por si só, talvez poderia ser um diferencial no diálogo conceitual aqui pretendido. Tal aspecto de formação acadêmico-profissional, entretanto, é menos distanciador do que se pode imaginar. Isso porque é outro indicador que pode aproximar os dois autores aqui apresentados.

Pode-se dizer que um elemento que possibilita um diálogo conceitual entre Beltrão e Burke diz respeito aos 'encontros culturais', proporcionados pela emergência da urbanização. Os deslocamentos humanos, em geral, geram encontros de diferentes manifestações culturais, típicos de interações em espaços urbanos. O terminal central, a estação de metrô, a praça (seja como passagem ou tempo/local de espera), as galerias comerciais como referências, a escola (quando consegue manter estudantes de famílias com variadas origens geográficas), o bar do fim de tarde, a associação profissional e mesmo a igreja se tornam, assim, espaços fundamentais para aproximação (ou, ao contrário, afastamento) de pessoas que se situam em diferentes níveis sociais, seja de faixa etária, poder de consumo, escolaridade, crenças, vestuário e demais hábitos comportamentais.

Tais exemplos são, em geral, mais característicos dos processos e deslocamentos migratórios, gerando outras formas de compreender e se relacionar com a vida urbana, seja pela segmentação (auto-excludente), marginalização dos que possuem dificuldades em se adaptar ou mesmo na criação de outros espaços, como referência de sociabilidade, capaz de abrigar setores que não se sentem incluídos e contemplados nos locais até então existentes. É um pouco esta a marca dos Centros de Tradições Gaúchas

(CTG) ou os Centros de Tradições Nordestinas que, para além de projetar a cultura de hábitos apresentados como prototípicos de regiões do Brasil, também operam como meios de agregação por traços de identificação cultural.

Os processos migratórios no Brasil – e, de certo modo, também em outros países, de forma mais enfática quando se trata de grupos que se deslocam motivados pela busca de melhores condições de vida e trabalho – indicam que a religião muitas vezes funciona como campo de aglutinação e interação, na medida em que mantém serviços de apoio e orientação a pessoas que tem mais dificuldades nas relações de adaptação cultural.

Migração, alteridade e marginalização cultural

Historicamente, os grupos humanos buscam, e em geral encontram, formas alternativas para se comunicar e expressar seus modos de ser, pensar e viver, independentemente da circunstância ou limitação social (tecnológica, política ou econômica). Tais manifestações, que também podem operar como estratégia e prática comunicacional, podem ainda combinar práticas e hábitos religiosos ou culturais nos mais variados aspectos e dimensões. E são estas mesmas expressões que se caracterizam como 'apostas' híbridas de ação midiática e aqui interessam ao debate sobre diálogos culturais.

A cultura brasileira contemporânea resulta de inúmeras “fusões e de intercâmbios, de culturas antigas, como as indígenas, as africanas, as migrantes (japonesa, italiana, alemã etc) e da própria imigração de norte a sul, de leste a oeste desse país de dimensões continentais”, explica Maria Cristina Gobbi (2007, 21).

Esse mesmo “enriquecimento de signos e significações permeado pelos meios de comunicação de massa é tradução de uma história específica, um ritmo próprio, com peculiaridades mostradas nos tempos históricos e subjetivos”, diz Gobbi (2007, 21). E a mesma “complexidade de ritmos, de formas, de cores, de valores e de manifestações configura o patrimônio de uma sociedade que, recheado de importância peculiar, garante a preservação do passado e permite a construção do futuro”, completa Maria Cristina Gobbi (2007, 21). É nesse cenário de pluralidades, conexões e mestiçagens que se pode pensar em manifestações híbridas das várias culturas que marcam o cotidiano social.

Luiz Beltrão discute a condição de 'marginalidade' cultural pelo processo de

migração (interna ou externa). Isso porque a folkcomunicação seria a “comunicação dos marginalizados”, como indica o título de uma importante obra do autor (1980). A partir de um debate já realizado por Robert Park, Beltrão observa que o migrante é definido como “um 'híbrido cultural', um 'marginal' que, embora compartilhe da vida e das tradições culturais de dois povos distintos, 'jamais se decide a romper, mesmo que lhe fosse permitido, com seu passado e suas tradições, e nunca (é) aceito completamente, por causa do preconceito racial, na nova sociedade em que procura encontrar um lugar” (1980, 38).

Esse é um dos sentidos que o termo marginal adquire - e, guardadas as proporções, ainda mantém - nos complicados processos de urbanização brasileira. Não se discute, aqui, outras indicações tão ou mais pejorativas que o termo expressa (como a de um sujeito perigoso, que ameaça a estabilidade e segurança social, exatamente por viver à margem). Interessa, neste debate, observar a condição de excluído, que o migrante incorpora (e reproduz, pelo silêncio, adesão ou distanciamento), e marginalizados, “não só do sistema político como do de comunicação social, ambos voltados à preservação do status quo definido pela ideologia e pela ação planificada dos grupos dirigentes”, diz Beltrão (1980, 39).

É aí que ganha sentido – na abordagem de Luiz Beltrão – a proposta da Folkcomunicação, que contempla em sua audiência (usuários) três grupos sociais, assim identificados: 1) os grupos rurais marginalizados (“devido ao seu isolacionismo geográfico, sua penúria econômica e baixo nível intelectual”); 2) os grupos urbanos marginalizados (“compostos de indivíduos situados nos escalões inferiores da sociedade, constituindo as classes subalternas, desassistidas, subinformadas e com mínimas condições de acesso”) e 3) os grupos culturalmente marginalizados (“urbanos ou rurais, que representam contingentes de contestação aos princípios, à moral ou à estrutura social vigente”) (Beltrão, 1980, 40).

Assim, explica o autor, enquanto os produtos (discursivos) da mídia hegemônica são enunciados para 'toda' sociedade, as manifestações folkcomunicacionais “se destinam a um mundo em que palavras, signos gráficos, gestos, atitudes, linhas e formas mantêm relações muito tênues com o idioma, a escrita, a dança, os rituais, as artes plásticas, o trabalho e o lazer, com a conduta, enfim, das classes integradas da sociedade” (Beltrão, 1980, 40).

As expressões de fala podem, assim, operar como mecanismos de identificação de grupos sociais, que se (auto)legitimam por variações de códigos, entonações ou

sotaques que tendem a ganhar marcas na medida em distanciam de outras variações de fala, mesmo dentro de um mesmo território geográfico e sob os mesmos indicadores de nacionalidade, estado ou região. Tais marcas, contudo, podem mudar de posição no jogo das relações (de poder) social diante de algumas transformações. O que equivale dizer que a 'condição' de excluído (marginalidade) não pode ser entendida como estática.

Aqui, vale como exemplo a imagem que, até os anos 1970/80, os descendentes da colonização italiana tinham no RS, talvez pela referência de 'pobres' migrantes, que se fixaram em pequenas propriedades rurais na Serra Gaúcha. A partir da virada dos anos 1980, com as crises cíclicas da produção monocultura (soja, milho e pecuária), tais produtores conseguiram manter um padrão de vida que foi, gradualmente, se diferenciando das demais regiões do Estado, atingido pela desvalorização econômica da produção nacional. Aos poucos, os 'italianos', que eram identificados pelo sotaque carregado, 'hábitos sovinas' no cuidado com gastos supérfluos e preocupação constante com o futuro, passaram a ser vistos com menos preconceitos pelos demais grupos sociais. E, ao seu modo, tais grupos também foram deixando a condição anterior de miseráveis migrantes.

Por consequência, as relações da vida social, nos espaços em que tais atores estavam, passaram a ganhar outros contornos, seja pelo poder de compra conquistado, respeito pela própria condição de consumidor e, estes, por sua vez, também miscigenaram alguns hábitos e comportamentos sociais. Até o momento, entretanto, em que a condição de exclusão - também pelo rótulo de migrante - era dominante, é de conhecimento público que tais grupos buscavam se preservar, como ação básica de sobrevivência, em relações e circuitos mais restritos de convívio e sociabilidade. A folkcomunicação como mídia dos excluídos, neste caso, foi aos poucos se hibridizando, em uma certa sintonia com mudanças econômicas e culturais.

De outro modo, é oportuno considerar que, mesmo em tais condições de marginalidade, a polarização raramente é extrema ou intocável. Isso porque o que marca o olhar mais recente de Peter Burke (perspectivas híbridas) e a abordagem folkcomunicacional de Beltrão sugere, em ambos os casos, situações e momentos de interação, em que a mestiçagem se torna presente e marca tanto as práticas de expressão dos marginalizados quanto as produções midiáticas (em geral elaboradas num plano de ação massiva ou segmentada), a partir de apropriações que, por diferentes aspectos, acabam por adquirir ressignificações instituintes dos variados modos de ser, pensar e viver dos grupos sociais.

Esta espécie de mestiçagem cultural interclasses, ou que se processa para além dos distanciamentos mais imaginários que geo-físicos, indicados pelas variáveis de localização nas mesmas cidades, é uma marca das sociedades contemporâneas, resultante dos contatos, tensões ou diálogos de diferentes grupos sociais. Na vida cotidiana, os encontros interculturais se tornam, assim, parte de realidades distintas (e múltiplas), que acabam gerando outras formas e relações de (folk)comunicação.

Considerações Finais

Entre as leituras de uma história (não oficiosa) que considera as vozes do cotidiano, muitas vezes marcadas por traços de uma oralidade espontânea e pelas expressões populares da cultura, por um lado, e pelas preocupações com as manifestações de grupos muitas vezes marginalizados dos circuitos de inclusão social, em que as estratégias de comunicação instituem e se (auto)legitimam como articulações de suas identidades culturais, como sugere Luiz Beltrão, pode-se identificar situações de um diálogo inter e multicultural... mesmo em um cenário onde predomina a circulação massiva das produções midiático-culturais.

Tais relações – tensas, mas dialógicas e polêmicas – que envolvem o popular e o massivo, indicam a existência (e, muitas vezes, em condições de resistência) de ações da cultura popular em que manifestações como o folclore e as comunicações espontâneas da vida social também interagem, mesmo que de formas imprevisíveis e híbridas, com leituras hegemônicas que tentam se legitimar como oficiosas e dominantes.

É no mesmo sentido que a perspectiva de narrativas não oficiais (como sugere Burke) pode ser tão importante quanto as expressões dos grupos marginalizados em suas estratégias folkcomunicacionais, como defendia Luiz Beltrão. Em tais situações, as culturas híbridas se tornam realidades instituintes e, ainda, em disputa nas relações (de poder) da vida social contemporânea. Entre o hibridismo e a mestiçagem cultural abordados, sob diferentes ângulos, pode-se pensar as tensões e sincretismos culturais possibilitados pela conexão dialógica das expressões culturais da contemporaneidade.

Referências Bibliográficas:

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BELTRÃO, Luiz. “O sistema de Folkcomunicação”. In: *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo/SP: UMESP, 2004. Pp: 117-124.

BENJAMIN, Roberto. *Folkcomunicação na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2004.

BURKE, P. E PORTER, Roy (org). *Línguas e jargões: contribuições para uma história social da linguagem*. São Paulo: Unesp, 1997.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 153 páginas. Tradução Nilo Odalia.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 191 p.

BURKE, Peter (2007a). “Fronteiras culturais: barreiras e contatos”. In: *Revista Cult*. São Paulo, abril/2007.

BURKE, Peter (2007b). “O Brasil como um grande caldeirão da cultura globalizada”. Entrevista de Peter Burke ao *Zero Hora* (Cultura), 07/04/2007.

BURKE, Peter (2007c). “Brasil exporta novelas e música”. In: Projeto Fronteiras do Pensamento. Porto Alegre, 2007. Entrevista de Guilherme Kolling. http://loja.frenteirasdopensamento.com.br/site2007/default1.asp?menu=revista&ed=200704&act=coletiva_burke Acesso em 20/01/2010.

FOLKCOMUNICAÇÃO: a mídia dos excluídos. Cadernos da comunicação 17. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social RJ, 2007.

GADINI, S.L. e WOITOWICZ, K.J. *Noções básicas de Folkcomunicação*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

GOBBI, M.C. “A mídia das comunidades periféricas”. In: *FOLKCOMUNICAÇÃO: a mídia dos excluídos*. Cadernos da comunicação 17. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social RJ, 2007. Pp: 21-28.

HOHLFELDT, Antonio. “Folkcomunicação, positivo oportunismo de quase meio

século”. In: *Anuário de Comunicação Regional Unesco/Umesp* 5, Nº 5, Jan/Dez 2001. São Bernardo do Campo/SP, Editora UMESP, 2001. Pp: 25-34.

MELLO, J.M. “Uma estratégia das classes subalternas”. In: *FOLKCOMUNICAÇÃO: a mídia dos excluídos*. Cadernos da comunicação 17. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social RJ, 2007. Pp: 48-54.

TRIGUEIRO, Osvaldo. *Folkcomunicação e ativismo midiático*. João Pessoa: Editora UFPB, 2008.

ROIZ, Diogo da Silva. “A história da História Cultural, segundo Peter Burke”. Resenha do livro BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 191 p. In: *Revista ArtCultura*. Uberlândia, UFU, 2007. V. 9, n. 15, p. 235-239, jul.-dez. 2007.

SCHMIDT, Cristina. “A comunicação dos migrantes: fluxos midiáticos, contrafluxos folkcomunicacionais”. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina; DOURADO, Jacqueline Lima (orgs.). Teresina: Halley, 2006. p. 56-65.

SILVA, Juremir Machado da. “Peter Burke, o contador da nova história”. In: *Correio do Povo*, 07/04/2007. P.16.

“Um grande diálogo entre o local e o global”. In: *Correio do Povo*, 11/04/2007. P. 7.

WOITOWICZ, K. J. “Cultura e Identidade, entre a tradição e a mudança”. Texto apresentado na X Conferência Brasileira de Folkcomunicação (Folkcom 2007), realizada em agosto de 2007, na UEPG/PR. Ponta Grossa: Jornalismo UEPG, 2007.

¹ Professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde coordena o Programa de Mestrado em Jornalismo. E-m: sergiogadini@yahoo.com.br

² Graduado em Direito (pela Universidade do Recife, estado de Pernambuco), Luiz Beltrão se dedicou, desde muito cedo, ao exercício do Jornalismo e à pesquisa em práticas culturais e de comunicação.